

DITADURA: CONCENTRAÇÃO DO PODER POLÍTICO

Ditadura é uma palavra de origem latina, derivada de *dictare*, “ditar ordens”. Na antiga república romana, ditador era o magistrado que detinha temporariamente plenos poderes, após ser eleito para enfrentar situações excepcionais, como por exemplo, os casos de guerra. Seu mandato era limitado a seis meses, embora houvesse a possibilidade de renovação, dependendo da gravidade das circunstâncias.

Comparado com suas origens históricas, o conceito de ditadura conservou apenas esse caráter de poder excepcional, concentrado nas mãos do governante. Atualmente, um Estado costuma ser considerado ditatorial quando apresenta as seguintes características:

- ▶ **Eliminação da participação popular nas decisões políticas-** O povo não tem nenhuma participação no processo de escolha dos ocupantes do poder político. Não existem eleições periódicas (ou, quando existem, são eleições fraudulentas) e são proibidas manifestações públicas de caráter político.
- ▶ **Concentração do poder político-** O poder político fica centralizado nas mãos de um único governante (ditadura pessoal) ou de um órgão colegiado de governo (ditadura colegiada). Geralmente, o ditador é membro do poder executivo. O poder legislativo e o poder judiciário são aniquilados ou bastante enfraquecidos.
- ▶ **Inexistência do Estado de direito-** O poder ditatorial é exercido sem limitação jurídica. As leis só valem para a sociedade. O ditador está acima das leis. E, nessa condição, costuma desrespeitar todos os direitos fundamentais do cidadão, principalmente o direito de livre expressão e a liberdade de associação política.

- ▶ Além das características anteriores, as ditaduras se sustentam mediante dois fatores essenciais:
- ▶ **Fortalecimento dos órgãos de repressão-** as ditaduras montam um forte mecanismo de repressão policial destinado a perseguir brutalmente os cidadãos considerados adversários da ditadura. Esses órgãos de repressão espalham pânico na sociedade, implantam um verdadeiro terrorismo de Estado, utilizando terríveis métodos de tortura e de morte.
- ▶ **Controle dos meios de comunicação em massa-** As ditaduras procuram controlar todos os meios de comunicação de massa, como programas de rádio e de televisão, espetáculos de teatro, filmes exibidos no cinema, jornais e revistas. Monta-se um departamento autoritário de censura oficial, destinado a proibir tudo aquilo que é considerado contra o governo. Somente são aprovadas as mensagens públicas julgadas favoráveis ao governo ditatorial.
- ▶ **O uso desses instrumentos de controle e** opressão podem ser historicamente analisados em diversos regimes ditatoriais do nosso século. Exemplos: as ditaduras implantadas por Hitler (Alemanha nazista), Stálin (União Soviética), Fidel Castro (Cuba), Pinochet (Chile), Getúlio Vargas(Brasil), Franco (Espanha).



- ▶ Ato Institucional nº 1, maneira encontrada pelos militares para colocar em prática atos ilegais não calculados e até mesmo avessos à Constituição. Durante o período que vai de 1964 a 1978 são determinados 16 Atos Institucionais que servem de complemento para dar nova forma à Constituição de 1946, transformando-a por completo. O Ato Institucional I, datado de 09 de abril de 1964, concede aos militares poderes que antes eles não tinham, proibindo diversas pessoas, por dez anos, de exercerem seus atos políticos. Vários mandatos foram cassados, transformando a estrutura política do Congresso.
- ▶ AI-5, no dia 13 de dezembro de 1968, um dos atos mais conhecidos e mais duros na história do nosso país. Abole os mecanismos constitucionais dispostos na constituição de 1967, revigora os poderes despóticos do regime e confere ao exército a faculdade legal de aprimorar as medidas repressivas, tais como ordenar o retiro do Congresso, do corpo com poder legislativo de uma nação, a nível estadual e das Assembleia Municipais.
- ▶ No período em que esteve em vigor o AI-5, mais precisamente de 1968 a 1978, a censura federativa coibiu mais de seiscentos filmes, quinhentas peças teatrais, a editoração de vários livros e a inclusão de assuntos essenciais para a carreira escolar das crianças, sem falar do sem número de músicas.



Em 28 de março de 1968, os estudantes do Rio de Janeiro estavam organizando uma passeata-relâmpago para protestar contra a alta do preço da comida no restaurante Calabouço, que deveria acontecer no final da tarde do mesmo dia. Por volta das 18 horas, a Polícia militar chegou ao local e dispersou os estudantes que estavam na frente do complexo. Os estudantes se abrigaram dentro do restaurante e responderam à violência policial utilizando paus e pedras. Isso fez com que os policiais recuassem e a rua ficasse deserta. Quando os policiais voltaram, tiros começaram a ser disparados do edifício da Legião Brasileira de Assistência, o que provocou pânico entre os estudantes, que fugiram.

Os policiais acreditavam que os estudantes iriam atacar a Embaixada dos Estados Unidos e acabaram por invadir o restaurante. Durante a invasão, o comandante da tropa da PM, aspirante Aloísio Raposo, atirou e matou o secundarista Edson Luís com um tiro a queima roupa no peito. Outro estudante, Benedito Frazão Dutra, chegou a ser levado ao hospital, mas também morreu.



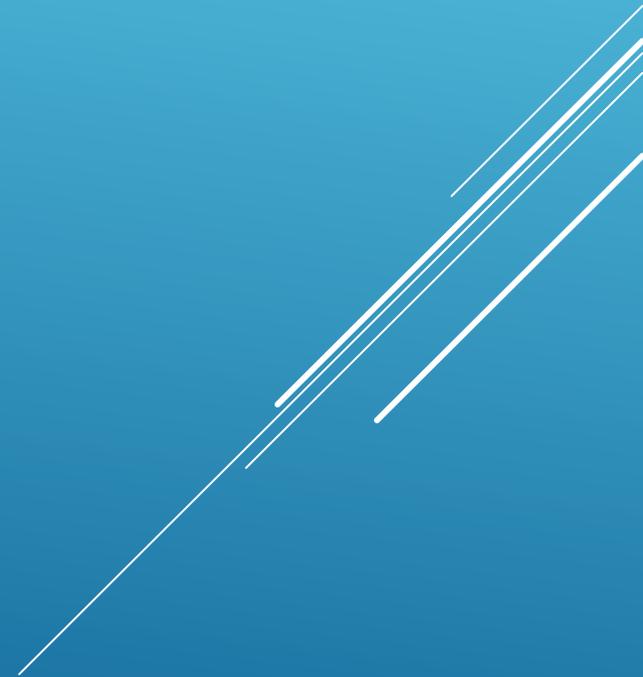
Crianças subversivas.
Torturas com crianças.



DESAPARECIDOS



ZUZU ANGEL E STAURT ANGEL



► As influências de Platão e Aristóteles foram marcantes, na reflexão política tanto na antiguidade quanto na Idade Média. A ideia de que a política tem como objetivo o bem comum, que em Platão seria a justiça e em Aristóteles a vida boa e feliz, orientou grande parte da reflexão política até hoje. Entre os filósofos antigos, como Cícero e Sêneca, a teoria política privilegiava a formação do bom príncipe, educado de acordo com as virtudes necessárias ao bom desempenho da função administrativa (embora na prática, essa teoria tenha se revelado muitas vezes catastrófica).

▶ A Teoria do Direito Divino de Governar

- ▶ Na Idade Média, com o desenvolvimento do cristianismo e o esfacelamento do Império Romano, a Igreja se consolidou, primeiramente, como um poder extra político. Santo Agostinho, por exemplo, separava a Cidade de Deus, a comunidade Cristã, da Cidade dos Homens, a comunidade política.
- ▶ Mas depois, ao longo da Idade Média e em parte da Idade Moderna, ocorreu uma aliança entre o poder eclesiástico e o poder político. E como a igreja Cristã entendia que todo poder pertencesse a Deus, surgiu a ideia de que os governantes seriam representantes de Deus na terra. O rei passou então, a ter o direito divino de governar.
- ▶ Assim, embora a relação entre poder temporal dos reis e o poder espiritual da igreja tenha sido um grande problema durante a Idade Média, de uma forma geral persistiu a ideia de que o governante era o representante de Deus aliada à ideia de monarquia como a forma política mais natural e mais adequada à realização do bem comum. Os principais defensores da teoria do direito divino de governar, dos reis seriam Jean Bodin e Jacques Bossuet

▶ Maquiavel

○ Realismo Político

- ▶ Maquiavel observou, porém, que havia uma distância entre o ideal e o real em relação a política de sua época. Por isso escreveu o livro o Príncipe, com o propósito de tratar da política tal como ela se dá, ou seja, sem pretender fazer uma teoria política ideal, mas, ao contrário, compreender e esclarecer os princípios da política real. Dessa forma, ele se afastou da concepção da idealizada política.
- ▶ Maquiavel centrou a sua reflexão na constatação de que o poder político tem como função regular as lutas e tensões entre as classes sociais, que, conforme ele, eram basicamente duas: a classe dos poderosos e a do povo. Essas lutas e tensões existiriam sempre, de tal forma que seria uma ilusão buscar um bem comum para todos.

- ▶ Mas, se a política não tem como objetivo o bem comum, qual seria seu objetivo então?
- ▶ Maquiavel respondeu: a política tem como objetivo a manutenção do poder. E, para manter o poder, o governante deve lutar com todas as armas possíveis, ficando sempre atento às correlações de forças que mostram a cada instante.
- ▶ Isso significa que a ação política não cabe nos limites do juízo moral. O governante deve fazer aquilo que, a cada momento, se mostra interessante para conservar seu poder. Não se trata, portanto, de uma decisão moral, mas sim de uma decisão que atende à lógica do poder. É por isso que, para Maquiavel, os fins justificam os meios. Ele se pergunta:
 - ▶ *É melhor ser amado que ser temido ou contrário? Responder-se-á que se desejaria ser uma e outra coisa; mas, como é difícil casá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se haja de optar por uma das alternativas*

MAQUIAVEL, Nicolau.

O Príncipe, p108

Em o Príncipe, Maquiavel faz uma análise objetiva, não moral dos atos de diversos governantes, procurando mostrar em que momentos as suas opções políticas foram interessantes para a manutenção do poder. Deve-se a essa franqueza despuorada maquiaveliana o uso do termo maquiavélico, que passou a designar o comportamento “moral”, “desleal”.

Mas o que se deve reter do pensamento do Maquiavel é que ele inaugura um novo patamar da reflexão política, que procura compreender e descrever a ação política tal como ela se dá realmente. Esse é o mérito de Maquiavel: ter compreendido que a política, no início da Idade Moderna, se desvinculava das esferas moral e da religião, constituindo-se em uma est



- ▶ Na linguagem comum moderna tornou-se comum estabelecer a contraposição: sociedade civil versus Estado.
- ▶ Nessa contraposição, o Estado costuma ser compreendido como a instituição que exerce o poder coercitivo (força), por intermédio de suas diversas funções, tanto na administração pública como no judiciário e legislativo.
- ▶ Por sua vez, a sociedade civil costuma ser definida como o largo campo das relações sociais que se desenvolvem fora do poder institucional do Estado. Fazem parte do sociedade civil por exemplo, os sindicatos, as empresas, as escolas, as igrejas, os clubes, os movimentos populares, as associações culturais.
- ▶ O relacionamento entre os membros da sociedade civil provoca o surgimento das mais diversas questões econômicas, ideológicas, culturais etc. Questões que muitas vezes, criam conflitos entre pessoas ou grupos. Em face desses conflitos, o Estado é chamado a intervir.

REGIMES POLÍTICOS

AS RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO

- ▶ Nas relações entre Estado e sociedade civil, os partidos políticos desempenham uma função importante: podem atuar como ponte entre sociedade civil e o Estado, pois não pertencem, por inteiro, nem ao Estado nem à sociedade civil. Assim, cabe aos partidos políticos captar desejos, aspirações da sociedade civil, e encaminhá-los para o campo da decisão política do Estado.
- ▶ Conforme a época e o lugar, o tipo de relacionamento entre Estado e sociedade civil varia bastante. Assim, as relações entre governantes e governados podem tender tanto para um esquema fechado, caracterizado pela opressão e autoritarismo do Estado sobre a sociedade, como para um esquema aberto, evidenciado, pela maior participação política da sociedade nas questões do Estado e pelo respeito que o poder público confere aos direitos individuais e coletivos.
- ▶ Regime Político é justamente o modo característico pelo qual o Estado se relaciona com a sociedade civil.
- ▶ Na linguagem política atual, os regimes políticos são classificados em dois tipos fundamentais: democracia e ditadura.

- ▶ Democracia: A participação Política do Povo.
- ▶ Democracia é uma palavra de origem grega que significa poder do povo (demo, "povo"; cracia, "poder").
- ▶ Foi a antiga cidade grega de Atenas que deixou o mundo ocidental uma das mais citadas referências do regime democrático. Em Atenas, os cidadãos (pequena parcela da população ateniense) participavam diretamente das assembleias e decidiam os rumos políticos da cidade. Havia portanto em Atenas, uma democracia direta.
- ▶ Em nossa época, democracia direta praticamente não existe mais. Os Estados foram ficando, com o tempo, muito complexos, os territórios extensos e as populações numerosas. Tornou-se inviável a proposta de os próprios cidadãos exercerem diretamente o poder. Assim, a democracia deixou de ser o governo direto do povo. O que encontramos atualmente, é a democracia representativa, em que os cidadãos elegem seus representantes políticos para o governo do Estado.



- ▶ O ideal de democracia representativa é ser o governo do representantes do povo. Representantes que deveriam exercer o poder pelo povo e para o povo. Nos dias de hoje, um Estado costuma ser considerado democrático, quando apresenta as seguintes características:
- ▶ Participação política do povo- O povo exerce o direito de participar das decisões políticas elegendo seus representantes no poder público. Geralmente essa participação é garantida através do direito do voto direto e secreto, em eleições periódicas. Existem ainda, outras formas de manifestação política do povo: o plebiscito, o referendo, as reuniões populares (passeatas, associações em praça pública etc.).
- ▶ Divisão funcional do poder político- O poder político do Estado não fica concentrado num único órgão. Ao contrário, apresenta-se dividido em vários órgãos, que se agrupam em torno das seguintes funções típicas: função legislativa (elaboração das leis); função executiva (execução das leis pela administração pública); função jurisdicional (aplicação das leis e distribuição da justiça). Nos regimes democráticos, deve existir independência e harmonia entre os poderes legislativo, executivo e judiciário.
- ▶ Vigência do Estado de direito- O poder político é exercido dentro dos limites traçados pela lei a todos imposta. A lei, assim subordina tanto o Estado como a sociedade. Onde vigora o Estado de direito, o cidadão respeita o estado. Mas o Estado também, respeita o cidadão, como por exemplo, o direito à liberdade fé pensamento, expressão, associação, imprensa, locomoção etc. Na democracia,

O governo deve ser de muitos para resistir à imposição de poucos, e o poder deve ser limitado pela normas para evitar o arbítrio discricionário de quem exerce. o reconhecimento destas regras tem como objetivo conseguir na vida coletiva o salto qualitativo da passagem do reino da violência para o reino da não-violência, através da domesticação do poder pelo direito.

- ▶ *LAFER, Celso. Trecho do discurso proferido na abertura da 47ª Assembleia Geral da ONU. O Estado de São Paulo, 22 set. 1992*

